

A produção científica brasileira sobre travestilidades e transexualidades: da doença à resistência

Brazilian scientific production about travestility and transsexuality: from disease to resistance

La producción científica brasileña sobre travestilidad y transexualidad: de la enfermedad a la resistencia

Adelaine Ellis Carbonar dos Santos

addiecarbonar@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-0924-7328>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Ponta Grossa, PR

Bruna Iara Lorian Chagas

brunaiarachagas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9671-8364>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Ponta Grossa, PR

Marcio Jose Ornat

geogenero@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8835-5871>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Ponta Grossa, PR

Resumo: Este artigo procura evidenciar a produção científica acadêmica brasileira a partir das pesquisas publicadas em periódicos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES sobre travestilidades e transexualidades. Assim, em um universo de mais de um milhão de pesquisas acadêmicas publicadas até abril de 2019, evidenciamos a existência de apenas 573 trabalhos relacionados ao tema, representando 0,05% do total das produções. Mesmo com o aumento verificado das publicações a partir do ano de 2008, estes números ainda representam a pouca representatividade da área de pesquisa, apontando para uma marginalização destes estudos no cenário da produção científica brasileira. Todavia, neste artigo evidenciamos a emergência de outros temas, como corpo, transfobia, saúde, estudos de gênero, indicando que a perspectiva da doença vem sendo solapada em favor da perspectiva da resistência, ao passo que as reflexões em torno da promoção à cidadania destas pessoas têm ganhado ênfase nas pesquisas.

Palavras-Chave: Travestis, Transexuais, Periódicos Científicos, Gênero.

Abstract: The main goal of this article is to evidence the Brazilian scientific production from the published researches in the Thesis Catalog of dissertations from CAPES,

about transvestites and transsexuals. Therefore, in a universe of more than a million academic researches published until April 2019, it is evidenced a total of only 573 papers related to the theme, representing 0,05 of the total productions. Even with the verified increase of the publishes from the year 2008, these numbers still not represent the little representativity of the research area, pointing to the marginalization of these studies, in the scientific Brazilian production scenario. However, in this article, we evidence the emergency of other themes, such as body, transphobia, health, gender studies, indicating that the perspective if the diseases have been undermined towards the resistance perspective, while the reflections around the promotion of the citizenship of these people have won emphasis in the researches.

Keywords: Transvestite, Transexuals, Scientific Journals, Gender.

Resumen: Este artículo busca evidenciar la producción científica académica brasileña basada en investigaciones publicadas en revistas del Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES sobre travestis y transexuales. Así, en un universo de más de un millón de investigaciones académicas publicadas hasta abril de 2019, evidenciamos la existencia de solo 573 trabajos relacionados con el tema, lo que representa el 0,05% del total de las producciones. Incluso con el aumento de publicaciones desde el año 2008, estos números sin embargo representan la poca representatividad del área de investigación, lo que apunta a una marginación de estos estudios con respecto a la producción científica brasileña. Todavía, en este artículo evidenciamos la emergencia de otros temas, como el cuerpo, la transfobia, la salud, los estudios de género, lo que indica que la perspectiva de la enfermedad se ha minado a favor de la perspectiva de resistencia, al paso que las reflexiones sobre la promoción de la ciudadanía de estos la gente ha ganado énfasis en la investigación.

Palabras clave: Travestis, Transexuales, Revistas Científicas, Género.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por muito tempo o discurso médico, a partir da *Classificação Internacional de Doenças* (CID), considerou as travestilidades e as transexualidades como doenças, passíveis de diagnóstico e tratamento, diferenciando a travesti da pessoa transexual segundo a aversão ao órgão genital e, conseqüentemente, ao desejo da cirurgia de transgenitalização.

Entretanto, como evidenciado em entrevistas realizadas com travestis e pessoas transexuais¹, há pessoas que se identificam enquanto transexuais e que não desejam realizar tais procedimentos cirúrgicos ou outras transformações corporais, não possuindo ojeriza em relação à sua genitália, bem como outras partes do corpo que são marcadores de feminilidades e masculinidades destoantes do gênero atribuído. Ou seja, nem todas as pessoas transexuais querem (ou podem)² realizar a cirurgia de transgenitalização e nem por isto suas identidades devem ser invisibilizadas.

Indo além, existe uma fluidez entre estas identidades por algumas pessoas, ora se identificando como travesti, ora como transexual, ora como transgênero. Estas constatações evidenciam a necessidade de ressignificar algumas 'verdades' absolutas atribuídas à estas

-
- 1 Entrevistas realizadas por Adelaine Ellis Carbonar dos Santos com pessoas transexuais e travestis que vivenciam / viveriam os espaços educacionais de nível superior, entre os dias 12 de janeiro de 2016 a 13 de dezembro de 2017.
 - 2 As questões financeiras e questões de saúde, por exemplo, podem dificultar a realização da cirurgia de transgenitalização.

identidades pela Ciência, e além, analisa como este campo do saber tem compreendido estas existências humanas na produção do conhecimento científico.

Para tanto, inicialmente realizamos uma reflexão sobre a produção do conhecimento científico na relação com as existências travestis e transexuais. Em um segundo momento deste texto, analisamos o comportamento da produção científica acadêmica expressada em dissertações e teses defendidas no Brasil entre os anos de 1987 a 2019 tendo por eixo de reflexão estas temáticas.

TRAVESTILIDADES, TRANSEXUALIDADES E O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Entendemos que um importante elemento na discussão sobre as travestilidades e as transexualidades é o conceito de identidade. Segundo Hall (2005; 1992), nossas identificações estão em constante movimento, pois se deslocam devido ao caráter contraditório das identidades que (re)elaboramos em diferentes momentos da vida. Compreendemos então que a fluidez entre as identidades, e em específico relacionado a travestis e transexuais, confirmam a possibilidade da multiplicidade de identidades.

Pensando em termos de deslocamento do conceito de doença ao de resistência, além da patologização desta população, há discussões em relação ao termo 'travesti' e transexualidade, o que evidencia que não são permanentes as 'verdades universais' cientificamente construídas sobre estas identidades. Inicialmente, há uma proposição de que a identificação enquanto transexual vai muito além de uma ojeriza ou não ao órgão genital. Também, segundo Ornat (2011), a partir das reflexões de Silva (2009), existe uma problemática relacionada às pesquisas anglófonas sobre o termo 'travesti', uma vez que cientistas sociais anglófonos compreendem o termo por *transvestite*, levando em consideração as vestimentas do gênero oposto. Ornat (2011) evidencia um exemplo da utilização da palavra *transvestite* por Doan (2010) como uma subcategoria de *transgender* (transgênero, aquele que transita). Assim, segundo Ornat (2011), é mediante a vivência do papel de gênero diferente ao imposto socialmente que travesti e *transgender* se associam.

Segundo Silva (2013), na elaboração das identidades travestis, há práticas plurais que vão além do binarismo sexual, ultrapassando as normas estabelecidas pelas mesmas na (re)elaboração da sua identidade. Assim, para a autora, a visibilidade do termo travesti tem fortalecido as identidades travestis dentro do próprio movimento social.

Para Silva (2013), longe da ideia reducionista do conceito de *transvestites*, o termo travesti contempla de forma completa a expressão integral da feminilidade para travestis brasileiras, sendo mais do que somente vestimenta, maquiagem e adereços. As transformações no corpo e os comportamentos sociais também são integrantes dessa expressão. Um importante elemento na constituição das identidades travestis, segundo Peres (2008), é essa expressão da corporalidade, pois é a partir de transformações corporais que a identificação com a feminilidade é conquistada.

Para Louro (2001), o desafio dos pesquisadores não é somente afirmar as múltiplas possibilidades de existências, mas colocar em pauta que as fronteiras das identidades de gêneros e sexuais estão sendo atravessadas a todo momento e, sobretudo, que a existências de alguns sujeitos seja a própria fronteira. Assim, a autora argumenta que é preciso compreender o movimento *queer*³ a partir de uma perspectiva pós-estruturalista de desconstrução das dicotomias que, como bem lembra Silva (2015), excluem e marginalizam. Nas palavras de Louro (2001, p. 549), “(...) é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão” que, não obstante, são produzidas pela Ciência, como evidenciado em Amaral *et al.* (2014).

No levantamento realizado por Amaral *et al.* (2014), algumas produções acadêmicas brasileiras sobre as identidades travestis e transexuais (travestilidades e transexualidades) compreendem estas enquanto limitadas, evidenciando uma fragilidade de muitos trabalhos científicos relacionados à diferenciação entre identidades travestis e transexuais (em especial, o discurso biomédico), ao passo que tais trabalhos compreendem estas identidades enquanto ‘fixas e fundantes’. Para as autoras “(...) as próprias travestis e transexuais fazem esta denúncia ao borrarem as fronteiras entre estes dois termos, pois estes circundam a multiplicidade de performances de gêneros e sexualidades que nestes casos extrapolam sólidas categorias” (Amaral *et al.*, 2014, p. 307).

Um ponto importante na análise crítica realizada por Amaral *et al.* (2014), diz respeito à produção acadêmica sobre a travestis estarem relacionadas à prostituição, a vigilância e a estigmatização diante do HIV/AIDS, mas também que estão sendo realizados esforços para fomentar as discussões de despatologização, bem como questionando aspectos ligados a saúde, educação e trabalho para esta população. Ainda, a produção acadêmica evidencia a importância de desenvolvimento de pesquisas ligadas às travestis e aspectos geracionais, acesso e permanência à educação e ao trabalho, saúde, segurança e assistência social, com vistas a criação de políticas específicas para este grupo.

Como afirmado por Louro (2001), sobre a necessidade de afirmar as múltiplas possibilidades de existências e as fronteiras do gênero e das sexualidades que são atravessadas a todo instante, infelizmente ainda muitas produções científicas brasileiras estão aquém de uma perspectiva plural. Pelo contrário, estão embasadas na patologização das travestilidades e transexualidades.

Vale ressaltar que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 18 de junho de 2018, em uma conquista histórica, após 28 anos, deixou de considerar as transexualidades como um transtorno mental, segundo a nova edição da *Classificação Internacional de Doenças* (CID). Todavia, as transexualidades ainda se manterão na CID como incongruência de gênero, dentro da categoria de condições relativas à saúde sexual, para que pessoas que desejam acompanhamento médico para hormonioterapia e eventuais cirurgias tenham

3 “(...) para a Teoria *Queer*, a ideia de identidade que pressupõe unidade e estabilidade é insuficiente. O *queer* quer ser múltiplo e não se assujeitar (...). *Queer* é um termo pejorativo que é comumente utilizado para conotar rejeição e deboche aos indivíduos homossexuais e transgêneros. O uso desse termo nesse contexto desafia, transgride e articula assim, uma disposição antinormalizadora capaz de questionar o lugar comum e os modelos socialmente e culturalmente impostos”. (Silva, 2015, p. 149-150).

acesso, uma vez que em alguns países, o sistema público ou particular de saúde requer que o diagnóstico esteja enquadrado num sistema de classificação.

Como já afirmado, nem todas as pessoas que se identificam enquanto homens e mulheres transexuais desejam realizar a cirurgia, desmistificando a ideia das transexualidades estarem ligadas a anatomia ou à métodos cirúrgicos. Como afirmado por Hall (2005; 1992), Castells (1999; 1997) e Silva (2000), a identidade é processual, está em constante (re) elaboração, não é fixa, muito menos imutável, sendo necessário levar em consideração a linguagem ao refletir sobre identidade (Strauss, 1999; 1959; Woodward, 2000; Silva, 2000). Contudo, o discurso médico que por muito tempo produziu significados em relação à patologização das transexualidades, bem como os saberes que se produziram sobre elas, configurou/configura as identidades transexuais enquanto únicas, fixas e fundantes (Amaral *et al.*, 2014).

Para Bento (2009), o discurso médico (saber/poder) transforma as pessoas transexuais em seres assexuados ao afirmar que estas pessoas possuem uma abjeção em relação aos seus próprios corpos. Portanto, a busca pela cirurgia possui caráter fundamental na busca de satisfação sexual, onde "(...) toma-se a parte (as genitálias) pelo todo (o corpo). É como se a genitália fosse o corpo" (Bento, 2009, p. 97). Em seu livro *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, a autora faz uma reflexão sobre os critérios utilizados para 'diagnosticar' a transexualidade pela medicina. Segundo Bento (2006), a partir das reflexões de Castel (2001), o termo 'transexualpsíquico' aparece pela primeira vez em 1910, sendo novamente o termo resgatado em 1949, esboçando algumas características próprias das pessoas transexuais.

A partir disso, foi na década de 1950 que o conhecimento científico produzido defende a transexualidade enquanto um fenômeno e, posteriormente, é nas décadas de 1960 e 1970 que as associações internacionais fomentaram as discussões sobre a transexualidade (transexualismo), diferenciando seu diagnóstico em relação à homossexualidade (gays e lésbicas) e travestis. Segundo Bento (2006), foi em 1953 que Harry Benjamin afirmou ser a cirurgia a única alternativa para 'tratamento' de transexuais, publicado no livro *El fenómeno transexual* (1966), servindo de escopo para se 'diagnosticar' se a pessoa é uma transexual 'verdadeira'. Classificar a pessoa transexual como verdadeira ou não, cria um movimento de valoração entre uma pessoa transexual e outra, bem como possibilita a liberdade para a medicina e o sistema jurídico decidirem sobre as feminilidades e masculinidades das pessoas transexuais que estão pleiteando suas transformações corporais e/ou seus documentos (Bento, 2006).

Contrariando o discurso médico, Bento (2009) afirma que há diversas possibilidades das quais pessoas transexuais se utilizam para "(...) conviver com partes dos seus corpos responsáveis por lhes retirar a possibilidade de serem reconhecidos como membros do gênero com o qual se identificam" (Bento, 2009, p. 101), bem como não sendo todas as pessoas transexuais que possuem abjeção por estas mesmas partes dos seus corpos, elaborando suas masculinidades e feminilidades de modos múltiplos.

Em uma perspectiva de contribuir para as reflexões sobre o debate relacionado à identidade de pessoas travestis e transexuais é que nos propomos a observar como se

organiza a produção de conhecimento científico sobre estas pessoas, com o propósito de enfatizar quais são os principais temas de pesquisa e como se articulam. Estas discussões se inserem em fértil campo de debates que corresponde às demandas dos movimentos sociais LGBTQ+ brasileiros no que diz respeito a produção de conhecimento científico sobre suas vivências, inclusão e combate à discriminação, estabelecidas desde 2004 a partir do *Programa Brasil sem Homofobia*.

OPERACIONALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO

Para a coleta das teses e dissertações, foram realizadas pesquisas com os termos: 'Transexual', 'Transexualidade', 'Travesti', 'Travestilidade', 'Transexualismo', 'Travestismo', 'Transgênero', 'Transfobia', 'Transmasculinidade', 'Transfeminilidade', 'Transthomem', 'Transmulher', 'Cisheteronormatividade', 'Cisnormatividade', e seus plurais no *Catálogo de Teses e Dissertações* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], 2017).

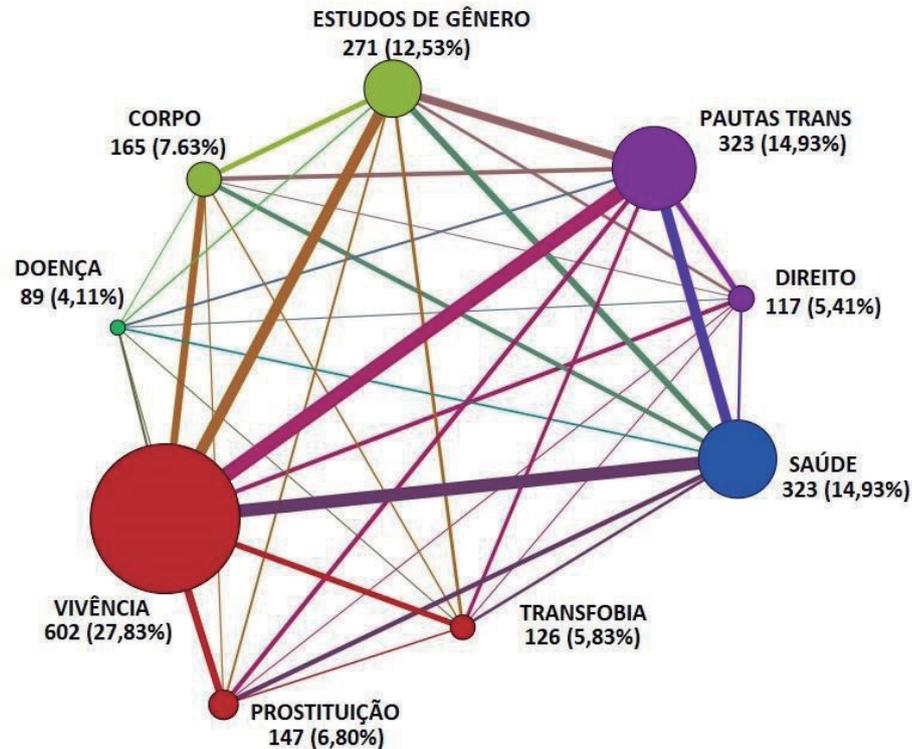
Os documentos coletados foram sistematizados em uma planilha do *LibreOffice-Calc* onde foram organizados a partir dos nomes dos autores e autoras, tema, título, ano, área do conhecimento e *link* de acesso ao trabalho na plataforma Sucupira, quando existente. Posteriormente, os dados foram categorizados mediante metodologia proposta por Silva e Silva (2016). Assim, os títulos das pesquisas foram observados e categorizados no *software* RQDA, a partir da observação das palavras que os compunham. Os títulos foram escolhidos, pelo fato de exprimirem "(...) a temática específica que determina o texto" (Imbelloni, 2012, p. 140).

O RQDA (*R package for Qualitative Data Analysis*) é um *software* comumente utilizado para análises estatísticas sendo um dos componentes do pacote 'R'. Na interface do RQDA, os títulos das pesquisas foram categorizados mediante marcadores (*codes*) utilizados nos títulos, como uma espécie de 'marca-textos'. Estes marcadores foram criados a partir das temáticas dos trabalhos gerando unidades que organizavam e armazenavam os títulos marcados por tema, e assim, formaram categorias.

Na sequência, a partir de procedimentos realizados nos *softwares* *LibreOffice* e *Open Refine*, os conjuntos de palavras correspondentes a cada categoria formada pelos títulos foram refinados com a retirada de palavras que sozinhas não possuem sentido como 'e', 'para', 'de'. Então, foram padronizados de forma que palavras diferentes com o mesmo significado foram agrupadas a partir do maior número de ocorrência e separados mediante categorias de palavras.

O material resultante deste processo incluiu primeiro as categorias, depois, a relação ocorrida entre palavras em cada categoria. Via *software* *Gephi*, foi estabelecida uma vinculação entre categorias e palavras do tipo não-direcionada (*undirected*), a qual significa uma conexão recíproca entre os termos. A representação gráfica destas conexões na forma de grafos e pode ser observada na Figura 1.

Figura 1. Categorias semânticas por frequência e relação entre o conjunto de palavras títulos.



Fonte: organizado por A.E. C. dos Santos, B.I.L.Chagas e V. A. Morais Pinto, 2019.

O tipo de conexão que pode ser observada neste grafo buscou representar as categorias discursivas a partir da frequência e da relação entre o conjunto de palavras dos títulos dos trabalhos. O tamanho e o percentual das categorias são proporcionais ao total de conexões estabelecidas pelas palavras que compõem cada título com as demais, sendo as conexões expressas pela espessura das linhas. Conseqüentemente, uma palavra utilizada com maior frequência nos enunciados tende a ter mais conexões e importância no grafo, implicando nas categorias (Pinto, 2017).

Ao observar o grafo da Figura 1 percebe-se que a maior frequência de termos associados se refere à categoria 'Vivência' (27,83%). Novamente, se ressalta este resultado como favorável à um avanço necessário demandado desde o *Programa Brasil sem Homofobia* no que se relaciona a produção de conhecimento sobre a realidade de pessoas LGBTQ+, no âmbito das pessoas travestis e transexuais. Observar as vivências destas pessoas é demandado para a tentativa de compreensão do seu processo de viver, bem como suas principais necessidades de debates e reflexões e ainda categorias que se relacionam às vidas de travestis e transexuais.

No levantamento foi observado que as reflexões sobre vivência se relacionam majoritariamente com 'Pautas Trans', 'Saúde', 'Estudos de Gênero', 'Prostituição', 'Corpo', e 'Transfobia', como pode ser observado abaixo:

Quadro 1. Principais conexões entre categorias.

RELAÇÃO CATEGORIAL	CONEXÕES
PAUTAS TRANS ↔ VIVÊNCIA	142
VIVÊNCIA ↔ SAÚDE	125
VIVÊNCIA ↔ ESTUDOS DE GÊNERO	110
PAUTAS TRANS ↔ SAÚDE	104
ESTUDOS DE GÊNERO ↔ PAUTAS TRANS	83
CORPO ↔ VIVÊNCIA	78
VIVÊNCIA ↔ PROSTITUIÇÃO	76
ESTUDOS DE GÊNERO ↔ SAÚDE	70
TRANSFOBIA ↔ VIVÊNCIA	63
DIREITO ↔ PAUTAS TRANS	61

Fonte: organizado por A.E.C. dos Santos, B.I.L.Chagas e V.A.Morais Pinto, 2019.

Por fim, enfatizamos que esta reflexão não possui pretensão de realizar uma análise argumentativa de cada uma das teses e dissertações, mas evidenciar quantitativamente as pesquisas em relação às temáticas trabalhadas, de acordo com sua grande área de conhecimento mediante tabela disponível no *site* da CAPES.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACADÊMICA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 1992 A 2018 SOBRE TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES

No Brasil, a produção de Teses e Dissertações tem sido sistematizada desde 1987, inicialmente a partir do aplicativo *Coleta*. Em 1996, esta sistematização passou a ser realizada a partir do aplicativo *Cadastro de Discentes*. Em 2002, estes trabalhos passaram a compor o *Banco de Teses e Dissertações* da CAPES, atualmente renomeado para *Catálogo de Teses e Dissertações*, alimentado pelos programas de Pós-Graduação a partir do preenchimento de informações à *Plataforma Sucupira* (CAPES, 2017).

Até 1º de abril de 2019, 1.146.290 publicações estavam disponíveis no *Catálogo de Teses e Dissertações*, que resultou em 573 pesquisas dissertando sobre as temáticas das palavras-chave pesquisada, correspondendo à 0,05% do total de publicações no Catálogo, ou seja, menos de 0,1% do total da produção científica acadêmica nacional, sendo 452 (78,9%) dissertações de mestrado e 121 (21,1%) teses de doutorado.

O número extremamente baixo indica, conforme Silva *et al.* (2009), que existem ausências e silêncios relacionados à gêneros e sexualidades na produção científica brasileira. Para os autores, 'ausência significa inexistência', num levantamento específico realizado para seu trabalho em 2009. Então, este artigo se articula às reflexões dos autores ao reiterar a invisibilidade dos debates relacionados à gênero e sexualidades, especificamente no que diz respeito à produção científica acadêmica brasileira sobre travestilidades e transexualidades.

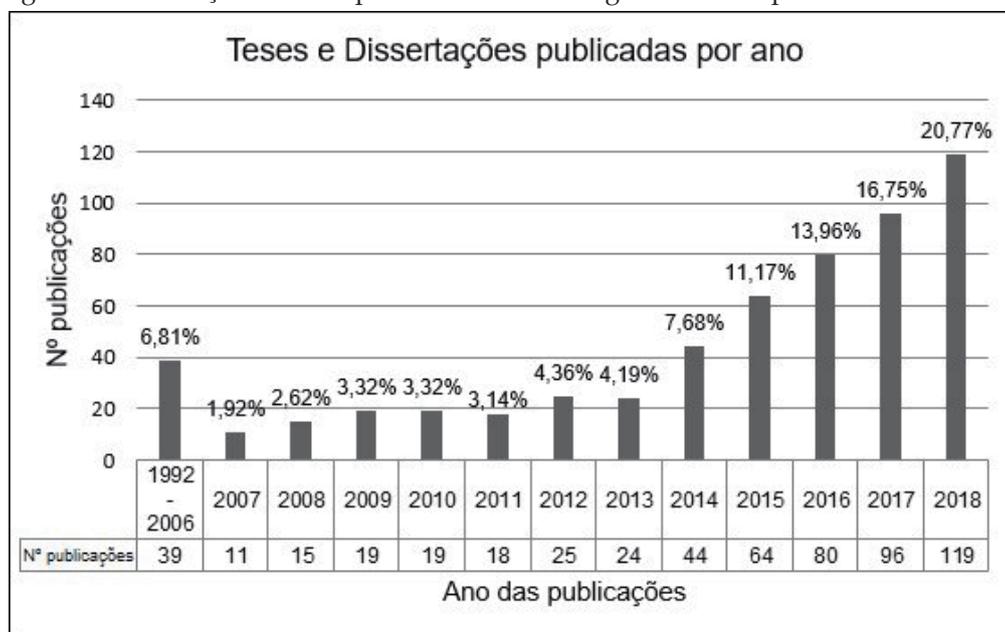
Os pesquisadores que se dedicam a romper com esta ausência promovem visibilidade às relações humanas e jogam luz sobre as questões estruturais que criam normas

e condicionam o fazer científico e as relações humanas e estas com o mundo (Silva *et al.*, 2009), promovendo debates sobre a realidade de pessoas travestis e transexuais.

O levantamento bibliográfico realizado por Amaral *et al.* (2014) a partir de teses, dissertações, monografias, artigos científicos e resenhas publicadas entre 2001 e 2010, com uma busca das palavras 'travesti', 'travestilidade' e 'travestismo' e seus plurais, evidenciou que a partir do ano de 2008 a produção acadêmica desenvolvida especificamente sobre travestis teve um aumento considerável, concentrando no ano de 2009 um total de 27% destas produções naquele período, o que corresponde a 25 pesquisas.

Pela presente análise do *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES, esse aumento foi ainda mais considerável, contabilizando 15 pesquisas publicadas no ano de 2008, o que corresponde a 2,62% de pesquisas sobre travestis e transexuais, tendo um aumento significativo em 2018 - 10 anos após - com 119 (20,77%) publicações, sendo o ano com maior concentração de pesquisas sobre a temática desde 1992 (Figura 2).

Figura 2. Dissertações e Teses publicadas no Catálogo CAPES no período de 1992-2018.



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

As pesquisas publicadas entre 1992 a 2006 foram agrupadas uma vez que tais publicações por ano não possuem porcentagens representativas⁴. Podemos observar que a partir do ano de 2007 há um constante crescimento de pesquisas relacionadas às travestilidades e transexualidades

Evidenciar as autorias de tais pesquisas publicadas também contribui para nossa análise da produção científica brasileira sobre travestis e pessoas transexuais. Assim, do

4 Em 1992, 1994, 1995, 1996, 1998, 1999 foram publicadas uma pesquisa por ano; em 1997, 2001 e 2005 foram publicadas três pesquisas a cada ano; em 2000 e 2002 foram publicadas duas pesquisas por ano; em 2003 e 2006 houve a publicação de sete pesquisas a cada ano; no ano de 2004, seis pesquisas foram publicadas. No ano de 1993 não houve publicação sobre a temática no Catálogo.

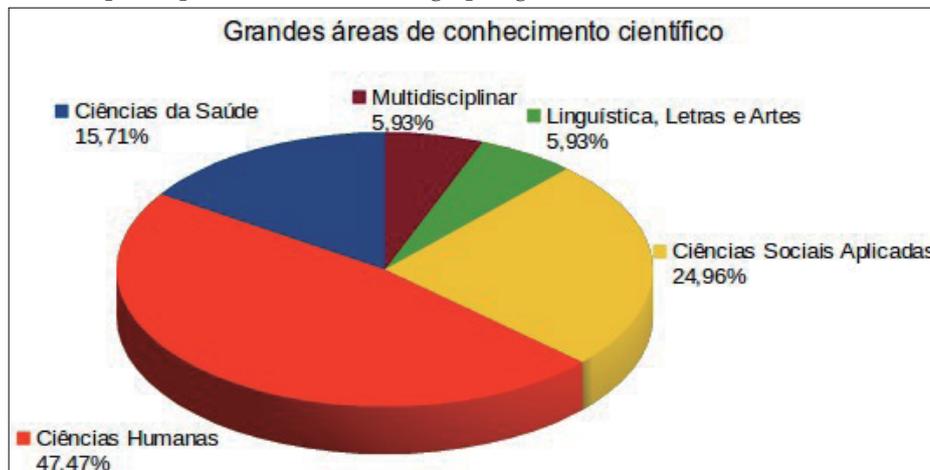
total de 573 pesquisas publicadas, 258 (45,03%) são desenvolvidas por pesquisadores e 315 (54,97%) são desenvolvidas por pesquisadoras.

Dos pesquisadores e pesquisadoras que iniciaram seus estudos no mestrado, 5,33% deram continuidade às discussões no que concerne a temática no desenvolvimento de suas teses de doutorado, equivalente à 29 pessoas pesquisadoras. Tais abordagens começaram a ganhar corpo com a consolidação do processo de interiorização dos programas de Pós-Graduação no país. Tal como discute Monk (2011), nos meios acadêmicos tradicionais, a manutenção de hegemonias epistêmicas inibe a expansão dos estudos de gênero e sexualidades. Assim a inovação e a subversão epistemológicas não surgem necessariamente de espaços centrais da produção do conhecimento, mas sim de perspectivas pouco expressivas, como no caso das geografias feministas e *queer*. A existência de grupos de pesquisa devotados aos estudos destas temáticas é fundamental para a manutenção desta tendência de investigações pelo país (César & Pinto, 2015).

Em relação aos Programas de Pós-Graduação aos quais as pesquisas estão vinculadas, os trabalhos foram categorizados em grandes áreas de conhecimento científico mediante Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES⁵, a saber: (1) Ciências Exatas e da Terra, (2) Ciências Biológicas, (3) Engenharias, (4) Ciências da Saúde, (5) Ciências Agrárias, (6) Ciências Sociais Aplicadas, (7) Ciências Humanas, (8) Linguística, Letras e Artes e, (9) Multidisciplinar. O gráfico a seguir (Gráfico 2) evidencia as pesquisas a partir destas grandes áreas de conhecimento⁶.

Ciências Humanas é a grande área do conhecimento científico que mais desenvolve pesquisas acerca das travestilidades e transexualidades (Figura 3). Isto demonstra que quase a metade (47,47%) da produção científica brasileira sobre as temáticas vêm sendo desenvolvidas por pessoas pesquisadores vinculados principalmente à Programas de Pós-Graduação como Psicologia, Educação e Antropologia (Fig. 4).

Figura 3. Pesquisas publicadas no Catálogo por grandes áreas de conhecimento científico.



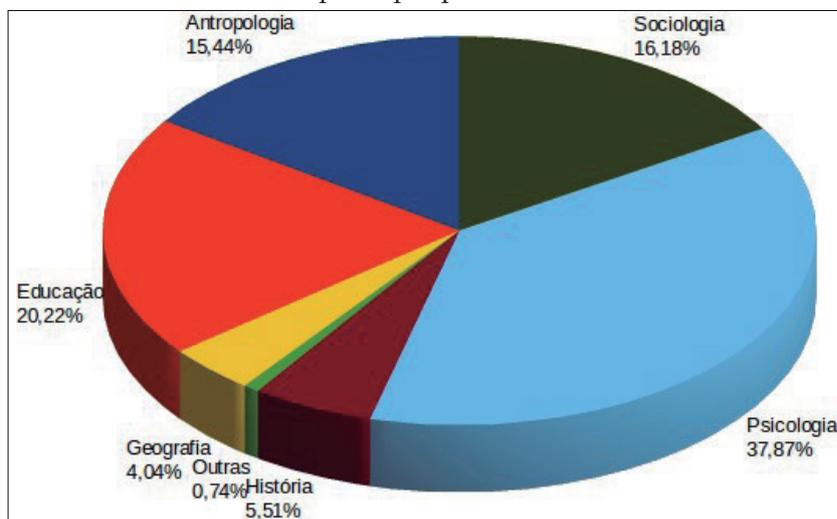
Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

5 Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>..

6 As grandes áreas do conhecimento 'Ciências Exatas e da Terra', 'Ciências Biológicas', 'Engenharias' e 'Ciências Agrárias' não possuem publicações sobre a temática.

A maioria das pesquisas desenvolvidas nas Ciências Humanas sobre travestis e transexuais parte de Programas de Pós-Graduação em Psicologia, com 37,87%, seguido por Programas de Pós-Graduação em Educação com 20,22%, em Sociologia com 16,18% e em Antropologia com 15,44%. Programas de Pós-Graduação em Geografia somam 4,04% do total de publicações nas Ciências Humanas, seguido por Programas de Pós-Graduação em História, com 5,51%. A categoria 'Outras', corresponde a outras áreas de conhecimento científico sem representatividade para o referido estudo, a saber: Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, cada um contabilizando uma publicação.

Figura 4. Áreas de conhecimento em que as pesquisas estão vinculadas às Ciências Humanas.



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A primeira publicação científica brasileira sobre a temática data o ano de 1992 e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com a dissertação intitulada *Lapa de travestis: a construção da identidade 'feminina'*, de Helio Raymundo Santos Silva (Silva, 1992). Posteriormente, esta dissertação, daria origem em 1993 ao livro *Travesti, a Invenção do Feminino*, ampliando o acesso às discussões sobre travestilidades (embora o autor ainda usasse o termo 'o' travesti e travestitismo) e as discriminações sofridas por esta população. Segundo o autor, com a publicação do livro:

(...) espero assim estar contribuindo para levantar a questão da incógnita que se esconde no deboche contra o travesti. Assim como no caso dos meninos de rua (...), o problema não é o travesti. A questão é quem os mata, espanca e desdenha. Talvez possamos estabelecer uma linha de comunicação entre o risinho no canto direito da boca do intelectual macho (ou do gay respeitável) com a bala que fere o seio esquerdo do travesti. O risinho cria na verdade a ambiência que neutraliza a decisão de apertar o gatilho. (Silva, 1993, p. 16).

Abre-se um parênteses neste ponto, não somente pelas Ciências Sociais Aplicadas também contribuir para o desenvolvimento científico em relação às transexualidades e travestilidades, correspondendo a 24,96% do total de publicações, mas também porque

é das Ciências Sociais Aplicadas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito, que a primeira tese brasileira relacionada à travestis e transexuais é defendida por Tereza Rodrigues Vieira, intitulada *Pelo reconhecimento da legalidade do direito a adequação do sexo do transexual*, no ano de 1995.

Em sua pesquisa, Vieira (1995) objetiva trazer esclarecimentos e sugestões acerca dos assuntos que envolvam as transexualidades e o direito. Todavia, a autora utiliza termos como ‘*transexualismo*’, ‘estado patológico do transexual’ e ‘transexual verdadeiro’, afirmando que a transexualidade é considerada uma anomalia da identidade, onde a ojeriza ao órgão genital cria um desejo pela cirurgia. Ainda, a autora reconhece o esforço da psicanálise em ‘reverter o *transexualismo* a partir da anulação dos distúrbios psíquicos’, entretanto, sem sucesso, sendo a cirurgia, a melhor alternativa.

Em relação à Ciência Geográfica (área de conhecimento ‘Geografia’ – 4,04%, Ciências Humanas – 47,47%), a primeira pesquisa publicada relacionada às temáticas diz respeito à dissertação de mestrado de Ornat (2008), intitulada *Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR*. Em sua pesquisa, Ornat (2008) evidencia a correlação entre o território da prostituição travesti e a instituição do sujeito travesti, sendo suas memórias compostas pelas espacialidades, configurando o ‘nós’ e os ‘outros’. A partir de entrevistas realizadas com pessoas que se autoidentificavam enquanto travestis, o autor evidenciou as espacialidades relacionadas aos discursos proferidos pelos sujeitos: a casa, o espaço urbano e o território, sendo os dois primeiros espaços compartilhados e de elaboração da identidade travesti, originando territórios delimitando o ‘nós’ e o ‘outro’ grupo.

Ornat (2008) afirma que o território da prostituição travesti não é fixo pois, os sujeitos ora estão no centro, ora na margem, em uma relação de poder podendo, assim, subverter as normas vigentes. Para o autor, o território da prostituição travesti é tanto um território de comercialização quanto da (re)elaboração da própria identidade travesti a partir da relação com o grupo, o que corrobora as discussões sobre a (re)elaboração da identidade para Le Bossé (2004) na busca de pertencimento.

Ainda, em 2011, Ornat dá continuidade em sua pesquisa com a população travesti a partir da tese de doutorado intitulada *Território Descontínuo e Multiterritorialidade na Prostituição Travesti através do Sul do Brasil*, e continua do a ser o único pesquisador brasileiro a discutir a temática na ciência geográfica em cinco anos (2006 a 2011). Ornat evidencia como as práticas territoriais da prostituição travesti interconectam territórios. Segundo o autor, as vivências de travestis constituem-se a partir de múltiplas espacialidades, estabelecidas através de ‘redes de pessoalidade’, originando códigos e regulações. Assim, são estabelecidas conexões mediante o deslocamento dos sujeitos, instituindo espacialidades segundo o controle de territórios, a qual o autor denomina de território descontínuo paradoxal da prostituição travesti. Para Ornat (2011), enfim, o território descontínuo paradoxal da prostituição travesti é reflexo e condição das relações de poder. Desta forma, a vivência travesti se configura a partir das próprias relações de poder, as quais também resistem e subvertem.

Assim, as pesquisas de Ornat (2008; 2011) são pioneiras no que concerne às discussões de travestilidades e transexualidades no campo científico geográfico brasileiro.

Na sequência surgem outras oito dissertações (Rodriguez, 2012; Carneiro, 2014; Barbosa, 2015; Cabral, 2015; Nascimento, 2015; Nascimento, 2016; Palmeira, 2016; Barnart, 2018) e uma tese (Pimentel, 2016).

Rodriguez (2012) aborda em sua dissertação *Vivencias de sujetos en procesos transexualizadores y sus relaciones con el espacio urbano de Santiago de Chile*, a pessoa transexual e as relações de poder que envolvem seus corpos através dos discursos hegemônicos. O autor busca compreender as vivências dos corpos transexuais constituídos por estes discursos, quais as espacialidades interditas para essas vivências trans e como se configura os métodos de sobrevivência através de práticas subversivas.

A dissertação de Carneiro (2014), *Vivências espaciais da saúde no grupo de travestis e transexuais na cidade de Ponta Grossa – Paraná*, traz discussões sobre as vivências de travestis e pessoas transexuais através dos espaços de saúde. Segundo a autora, é a partir das práticas cotidianas de corporeidades que travestis e pessoas transexuais desestabilizam o binarismo em diferentes espacialidades, como o território da prostituição, ONG, trabalho, universidade, casa e as espacialidades da saúde. Ainda, o sistema de saúde brasileiro, enquanto direito fundamental, não se efetiva de maneira significativa para travestis e pessoas transexuais, sendo necessário ações e políticas específicas para garantir seu acesso, pois estes espaços se configuram como heterossexualizados e interditados à estas vivências.

Barbosa (2015), analisa em sua dissertação *A construção de corpos travestis: trajetórias que falam de binarismos e subversões no espaço escolar*, como esses corpos tensionam, resistem e subvertem as normas regulatórias através do espaço escolar. A autora argumenta a necessidade de a escola ser configurada a partir de outras formas não-binárias, bem como romper interdições espaciais mediante essas subversões.

Também as relações entre espaço e morte não foram pensadas nessas vivências. Neste caminho, Cabral (2015) desenvolve na dissertação *Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas*, como estas transgridem as fronteiras da heteronormatividade, sendo mais vulneráveis à violência e a morte. O autor evidencia que o grupo institui as representações sociais sobre a violência e o sentimento de culpa pela própria marginalização social, além do território da prostituição ser ao mesmo tempo alternativa de sobrevivência e risco de morte.

Já na dissertação intitulada *Território e Territorialidade Travesti/Transexual em Três Lagoas*, Nascimento (2015) analisa, a partir do conceito de território e territorialidade, a prostituição de travestis e transexuais em espaços públicos, mediante ‘formas de apropriação dos significados e sentidos destes espaços’. A autora apresenta dois espaços que se configuram enquanto territórios da prostituição travesti/transexual e as relações de hierarquia entre ambos, ressaltando que as travestis que atuam em um dos espaços apresentam ‘atributos físicos superiores’ em relação as que atuam através do outro espaço. Além disso, afirma que a transfobia sofrida por travestis e transexuais profissionais do sexo não está relacionada ao ponto de prostituição especificamente (o qual pode atrapalhar os transeuntes e vizinhança), mas aos clientes que não realizam o pagamento pelo programa e outros elementos, como drogas. Ainda, a rua possui um significado importante para o

ser travesti e transexual, pois é nela que as identidades são expressas e afirmadas, a partir do desejo.

As questões que envolvem religião nas discussões de travestilidades e transexualidades são abordadas por Nascimento (2016) na dissertação *Os terreiros de cultos afro-brasileiros e de origem africana como espaços possíveis às vivências travestis e transexuais*. Nesta pesquisa, a autora buscou as relações entre gênero, sexualidade e religião segundo os discursos de travestis e pessoas transexuais que vivenciam o espaço do terreiro de cultos de matriz africana. Para a autora, as discussões que envolvem essas temáticas são marginalizadas dentro da ciência geográfica, contudo, com o crescente movimento de múltiplas possibilidades de expressão do gênero e vivência religiosa, a Geografia vem abrindo brechas para estas discussões, se configurando enquanto plural. A maior contribuição é ressaltar a as religiões afro-brasileiras e de matriz africana como possibilidade para a vivência religiosa de travestis e pessoas transexuais, configurando-se assim em espaços para a redução de discriminações, não-hegemônicas e abertos para as múltiplas expressões de gênero e sexualidades.

Na dissertação *As territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR- 153 em Araguaína-TO*, Palmeira (2016) buscou compreender as territorialidades da prostituição, identificando os fatores para sua delimitação, bem como analisou o perfil socioeconômico dos sujeitos e a atividade da cafetinagem. Segundo a autora, os territórios de prostituição são construídos e desconstruídos em uma disputa por clientes entre mulheres cis e travestis profissionais do sexo, provocando uma alternância no uso dos espaços e mudanças da paisagem, uma vez que os atores que circulam durante o dia são outros. Desta forma, as territorialidades da prostituição são cíclicas, pois são construídas no período noturno; móveis, no que se refere ao uso do espaço de acordo com o horário estabelecido; e contínuas, pois não há uma rede de prostituição delimitada.

A última dissertação publicada até o período analisado, *As travestilidades na ditadura: a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970*, de Barnart (2018), buscou analisar as relações de poder entre Estado e as travestis durante a Ditadura Militar, mediante processos nos quais elas eram presas acusadas de vadiagem e atentado ao pudor, além de apresentar as estratégias utilizadas pelas travestis para resistir às perseguições.

A tese de Pimentel (2016), intitulada *Processo de construção dos atores, padrões de sexualidades homossexuais e os Tlovers na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XXI*, discute o processo de (re)elaboração da identidade masculina. Segundo o autor, a elaboração de uma identidade masculina dominante se dá em muitas espacialidades, mas é na casa e na rua que ela ganha destaque desde a infância, produzindo corpos controlados e vigiados. Embora as travestilidades e transexualidades não sejam os temas centrais desta tese, Pimentel busca analisar os *Tlovers* e a relação dos territórios de prostituição travesti.

Podemos concluir que as pesquisas acadêmicas desenvolvidas pela ciência geográfica referentes às travestilidades e transexualidades possuem como foco central os conceitos geográficos de espaço, território e territorialidade. Embora abordem múltiplos espaços, como espaço de saúde, espaços religiosos, espaço escolar é o território da prostituição que se destaca nas pesquisas como cerne das vivências de travestis e pessoas transexuais,

corroborando a análise crítica de Amaral *et al.* (2014). Isto denuncia, mesmo que timidamente, a relação entre travestilidades e transexualidades e a marginalização social desta população. Mesmo que 90% desta população pratique a prostituição como modo de sobrevivência (Associação Nacional de Travestis e Transexuais [Antra], 2018), é importante ressaltar a necessidade da desmistificação da associação simplista destas pessoas à prostituição, como se fosse a única possibilidade de vivência desses corpos.

Esses dados científicos são reflexos da existência de uma construção de significados de que é reservada somente esta possibilidade de vivência à estas pessoas por parte da sociedade e, não obstante, pelas próprias travestis, mulheres e homens trans.

É claro que é mais fácil assumir uma postura crítica em relação ao passado. É provável que possamos entender que determinadas estratégias e tecnologias de poder estão articuladas na constituição dos discursos ‘científicos’ antigos; por exemplo, discursos que ‘comprovam’ que tais e tais sujeitos ou que tais e tais práticas eram sadios ou doentes, positivos ou negativos. Foi e é assim que se produziram e se produzem discursos jurídicos, religiosos, educativos, psicológicos que mostram ou tornam evidente os sujeitos e as práticas que são bons ou que são maus, integrados ou desintegrados, produtivos ou prejudiciais para o conjunto da sociedade. Determinadas relações e estratégias de poder sustentam-se através desses saberes e ‘verdades’; elas precisam desses discursos para se tornarem evidentes o que, paradoxalmente, faz com que essas relações de poder se tornem invisíveis. Não há como negar (e todos podemos lembrar situações para comprovar isso!) que quanto menos for notada ou quanto mais for invisível uma relação de poder mais ela será eficiente. (Louro, 2009, p. 86).

Segundo esta configuração é necessário promover debates acerca de outros espaços que estão sendo ocupados, bem como evidenciar outras perspectivas científicas que não patologizem as transexualidades, demonstrando que estas pessoas estão resistindo às ações regulatórias e subvertendo a heteronormatividade. Como afirma Louro (2011), os estudos de gênero e sexualidades já evidenciaram que as vivências são ‘culturais, históricas e contingentes’, sendo necessário colocar nossas certezas não somente em questão, mas compreendê-las no âmbito cultural e transitório. “Há que se pensar que muitas das verdades científicas ou de outra ordem que hoje regem nossa vida foram consideradas, há alguns anos, fantasias ou suposições ou loucuras” (Louro, 2011, p. 69). Desta forma, para a autora, será necessária uma postura menos absolutista na definição e classificação de sujeitos e práticas, em especial no campo das sexualidades e gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O baixo número na produção sobre as temáticas é carregado de significados. Inicialmente, a minúscula existência de discussões sobre as vivências de travestis e transexuais indica a marginalização destas pessoas e destes estudos, mantendo a lógica binária produzida pela ciência como argumentado por Louro (2001) e Amaral *et al.* (2014). Esta constatação se conecta à reflexão de Chagas, Santos e Omat (2019) e Irineu (2009) no que

diz respeito à não execução de demandas e diretrizes das políticas sociais específicas à LGBT+ no Brasil. Para os autores, a agenda específica à estas pessoas carece de atenção a cada nova política, onde as diretrizes e demandas vem sendo replicadas a partir do *Programa Brasil sem Homofobia* desde o ano de 2004, demarcando o lugar de pessoas LGBT+ na agenda de Estado mas sem indicar inovações neste campo.

Não obstante, podemos ressaltar o aumento das produções de teses e dissertações voltadas às temáticas das travestilidades e transexualidades. Comparando o ano de 2008, quando foram publicados resultados de 15 pesquisas (2,62% do total), com o ano de 2018, quando 119 pesquisas foram publicadas (20,77%), conclui-se que em uma década o número de pesquisas cresceu oito vezes. Assim, podemos articular o campo da produção científica ao das políticas sociais, uma vez que ambos se desenvolvem paradoxalmente em um plano de avanços e retrocessos, pois embora possamos reconhecer um crescimento que fomenta e promove visibilidade à realidade destas pessoas, a pouca produção de conhecimento ainda é insuficiente para sanar uma demanda expressiva e que aparece repetidamente nas políticas sociais de LGBT+.

Outra constatação é que, das grandes áreas do conhecimento, Ciências Humanas é a área que mais abriga trabalhos relacionados às travestilidades e transexualidades, enquanto a Geografia possui a menor produção sobre as temáticas (4,04% do total de publicações), uma vez que a categoria 'Outras', corresponde a outras áreas de conhecimento científico sem representatividade para o referido estudo.

Conforme argumentado por Louro (2011) e Amaral *et al.* (2014), a produção normalmente se restringe à estigmas relacionados às vivências e relações destas pessoas, principalmente no que se refere às suas dinâmicas de vida em relação à prostituição e na patologização das identidades. Todavia, neste artigo evidenciamos a emergência de outros temas, como corpo, transfobia, saúde, estudos de gênero, indicando que a perspectiva da doença vem sendo solapada em favor da perspectiva da resistência, ao passo que as reflexões em torno da promoção à cidadania destas pessoas têm ganhado ênfase nas pesquisas.

Portanto, pode-se assumir uma ampliação no conteúdo de busca nas pesquisas relacionadas às vivências de travestis e transexuais. Também pode-se assumir que, mesmo com um crescimento expressivo na condução destas pesquisas, não nos é permitido especular ou projetar um contínuo crescimento, uma vez que este é um campo *queer* de reflexões. Além do mais, os pesquisadores se relacionam conjunturalmente com estruturas, mecanismos e dinâmicas sociais que nem sempre podem propiciar abertura ou menor resistência à tais questões. Este panorama complexifica a produção de conhecimento relacionado às travestilidades e transexualidades e reafirma as reflexões de Louro (2001) no que concerne ao desafio de afirmar as múltiplas possibilidades de existências.

Por fim, consideramos a construção de conhecimento relacionados às temáticas como um processo paulatino, e que por muitas vezes engaveta vivências em perspectivas e estigmas sobre o 'ser' travesti e transexual. Mas ao passo que aumenta o número de pesquisas, aumenta a visibilidade destas pessoas, tornando estes estudos o reflexo de um processo que também é de engajamento e de construção de conhecimento com e para o outro, promovendo a sensibilização e entendimento para uma 'outra' realidade socioespacial.

REFERÊNCIAS

- Amaral, Marília dos Santos, Silva, Talita Caetano, Cruz, Karla de Oliveira *et al.* (2014). Do travestismo às travestilidades: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 301-311.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2018). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Recuperado de <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>
- Barbosa, Ana Carolina Santos (2015). *A construção de corpos travestis: trajetórias que falam de binarismos e subversões no espaço escolar*. (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Barnart, Fabiano (2018). *As travestilidades na ditadura: a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970*. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Bento, Berenice (2009). A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Bagoas*, 4, 95-112.
- Bento, Berenice (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Cabral, Vinícius (2015). *Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas*. (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Ponta Grossa, PR, Brasil.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Como funciona o banco de teses? Perguntas Frequentes*. Acesso à Informação. Brasília. Recuperado de <https://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/periodicos/3571-como-funciona-o-banco-de-teses>
- Carneiro, Marcia Tobias (2014). *Vivências espaciais da saúde no grupo de travestis e transexuais na cidade de Ponta Grossa - Paraná* (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Ponta Grossa, PR, Brasil.
- Castel, Pierre-Henri (2001). Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do 'fenômeno transexual' (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, 21(41), 77-111.
- Castells, Manuel (1999 [1997]). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Chagas, Bruna Iara Lorian, SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos, & ORNAT, Marcio Jose (2019). A manutenção da agenda das políticas sociais para LGBT+ no Brasil - 2000-2018. *Anais do Simpósio Internacional de Ciências Sociais Aplicadas: Democracia e Direitos Humanos*. Ponta Grossa, Paraná, Brasil, 3. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/1nbts2FFfRdP0kmalRBN_ahsoICPNdoz6/view.
- César, Tamires Regina Aguiar de Oliveira, & Pinto, Vagner André Moraes Pinto (2015). A Produção Intelectual da Geografia Brasileira, entorno das Temáticas de Gênero e Sexualidades: uma visão a partir dos periódicos online. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 6(2), 119-132.
- Doan, Petra L. (2010). The tyranny of gendered spaces - reflections from beyond the gender dichotomy. *Gender, Place and Culture*, 17(5), 635-654.
- El País. *OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html.
- Hall, Stuart (2005 [1992]). *A identidade cultural da pós-modernidade*. (10ª ed.) Rio de Janeiro: DP&A.
- Imbelloni, Luiz Eduardo (2012). Títulos de trabalhos científicos: obrigado pela informação contida em seu título. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, 62(2), 139-140.
- Irineu, Bruna Andrade (2009). *A política de previdência social e os direitos LGBT no Brasil*. (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, GO, Brasil.

- Le Bossé, Mathias (2004). As questões de identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. In Roberto L. Corrêa, & Zeny Rosendahl. *Paisagens, textos e identidade*. (p.157-179). Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Louro, Guacira Lopes (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 9, 541-553.
- Louro, Guacira Lopes (2009). Heteronormatividade e Homofobia. In: Bruna A. Irineu. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. (Coleção Educação para Todos; p. 85-93). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ UNESCO.
- Louro, Guacira Lopes (2011). Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. *Formação Docente*, 3(4), 62-70.
- Monk, Janice (2011). Colocando gênero na geografia: política e prioridades. In Joseli Maria Silva, & Augusto Cesar Pinheiro da Silva. *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. (p. 87-104). Ponta Grossa: Toda Palavra.
- Nascimento, Geise Teixeira do (2015). *Território e territorialidade travesti/transsexual em Três Lagoas (MS)*. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, Três Lagoas, MS, Brasil.
- Nascimento, Taiane Flôres do (2016). *Os terreiros de cultos afro-brasileiros e de origem africana como espaços possíveis às vivências travestis e transexuais*. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.
- Ornat, Marcio Jose (2008). *Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa-PR*. (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, PR, Brasil.
- Ornat, Marcio Jose (2011). *Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil*. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Palmeira, Marluce Sousa Albuquerque (2016). *As territorialidades da prostituição às margens da Rodovia BR-153 em Araguaína-TO*. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins - UFT, Porto Nacional, TO, Brasil.
- Peres, Wiliam Siqueira (2008). Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania. *Anais de Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, SC, Brasil, 8. Recuperado de <https://docplayer.com.br/30645371-Travestis-corpo-cuidade-de-si-e-cidadania.html>
- Pimentel, Ivan Ignácio (2016). *Processo de construção dos atores, padrões de sexualidades homossexuais e os Tlovers na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XXI* (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Pinto, Vagner André Moraes (2017). *Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense*. (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Ponta Grossa, PR, Brasil.
- Rodriguez, Martin Ignacio Torres (2012). *Vivencias de sujetos en procesos transexualizadores y sus relaciones con el espacio urbano de Santiago de Chile*. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- Silva, Caio Ramos da (2015). Identidade e pós-identidade, uma perspectiva queer. *Revista Contraponto*, 1(2), 141-165.
- Silva, Edson Armando; Silva, & Silva, Joseli Maria (2016). Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, 7(1), 132-154.
- Silva, Helio Raymundo Santos (1992). *Lapa de travestis: a construção da identidade “feminina”*. Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Silva, Helio Raymundo Santos (1993). *Travesti, a Invenção do Feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ISER.
- Silva, Joseli Maria (2013). Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In Joseli Maria Silva, Marcio J. Ornat, & Alides B. Chimin Junior. *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços*. (p. 143-182). Ponta Grossa: Toda Palavra.

- Silva, Joseli Maria (2009). Geografia, gênero e sexualidades: a experiência travesti. *Anais do Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaços e Representações – NEER*. Porto Velho, RO, Brasil, 3.
- Silva, Joseli Maria; Chimim Junior, Alides Baptista; Peraceta Filho, Emilson; et al. (2009). Geografia e Gênero no Brasil: uma análise da Feminização do campo científico. *Revista Eletrônica Ateliê Geográfico*, 3(2), 38-62.
- Silva, Tomaz Tadeu da (2000). A produção social da identidade e da diferença. In: Tomaz T. Silva. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (p. 73-102) Petrópolis: Vozes
- Strauss, Anselm L. (1999 [1959]). *Espelhos e máscaras: a busca de identidade*. São Paulo: Ed. USP.
- Vieira, Tereza Rodrigues (1995). *Pelo reconhecimento da legalidade do direito a adequação do sexo do transexual*. (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil.
- Woodward, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu da Silva. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (p. 7-72). Petrópolis: Vozes, 2000.

Data de submissão: 10/ out./ 2019

Data de aceite: 06/ago./2020